



O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA DA MANTIQUEIRA – MG

MARIA EDUARDA RATTES SCALDINI

RESUMO

Introdução: O Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira (PESNM) é uma unidade de conservação criada com o objetivo de preservar remanescentes dos ecossistemas naturais da Mata Atlântica, proteger corpos hídricos e áreas de recarga, preservar a fauna e flora nativas e endêmicas, recuperar áreas degradadas, promover visitas e recreação para incentivar a educação ambiental, desenvolver o turismo de base comunitária e fomentar pesquisas científicas. Contudo, a implementação dessas áreas, historicamente, provoca mudanças socioespaciais que impactam as comunidades locais. **Objetivo:** O principal objetivo deste estudo é compreender as repercussões socioespaciais do processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira nos exercícios de territorialidade de moradores do interior e do entorno direto dessa unidade de conservação. **Metodologia:** A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, as etapas metodológicas realizadas até o momento incluem uma revisão bibliográfica abrangente, participação em expedições exploratórias na área de estudo, todas realizadas na condição observação participante. Os próximos passos metodológicos envolvem a aplicação de questionários, já elaborados, aos moradores dos municípios de Olaria-MG, Lima Duarte-MG, Rio Preto-MG e Santa Bárbara do Monte Verde-MG, após a etapa de qualificação da pesquisa. **Resultados:** A efetivação dos resultados dependerá da coleta de dados através da aplicação dos questionários mencionados. Esses dados permitirão uma análise detalhada sobre as percepções locais em relação ao PESNM, bem como sobre os agentes que influenciam as dinâmicas territoriais na região. **Conclusão** A pesquisa que no ato de publicação deste resumo encontra-se em andamento e visa entender as repercussões socioespaciais da criação do parque dados dos moradores locais e analisar os impactos nas dinâmicas territoriais, a partir da coleta de dados.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Turismo; Comunidades; Território; Áreas protegidas.

1 INTRODUÇÃO

No século XIX, a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 representou um marco significativo para a conservação ambiental, estabelecendo um modelo global para a proteção de áreas naturais. Este evento influenciou o Brasil que inaugurou seu primeiro parque nacional, o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, seguido pelos Parques Nacionais de Iguaçu e da Serra dos Órgãos, ambos criados em 1939 (Bahia de Aguiar, Souza dos Santos Moreau e de Oliveira Fontes 2013).

O Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira (PESNM), objeto de estudo desta pesquisa, foi criado pelo Decreto nº 301, de 4 de julho de 2018, e está localizado na Zona da Mata mineira, na porção sudeste do Estado de Minas Gerais, abrangendo os municípios de Olaria, Lima Duarte, Rio Preto e Santa Bárbara do Monte Verde. A área total do parque é de 4.203,96 hectares, situado a cerca de 330 km de Belo Horizonte e a 95 km de Juiz de Fora (Instituto Federal de Florestas, 2017).

Segundo um documento técnico elaborado pelo Instituto Federal de Florestas, a escolha da categoria de Parque para esta região foi fundamentada em sua importância biológica, especialmente pelos campos rupestres, a Mata Atlântica e os recursos hídricos. Historicamente, a área sofreu com queimadas, pecuária, desmatamento, caça de animais silvestres, e atividades de mineração, resultando em degradação do solo, assoreamento de rios e córregos, e impactos visuais consideráveis. Portanto, a criação do PESNM visou a necessidade de conservação os remanescentes da Mata Atlântica, proteger fontes de água e áreas de recarga, preservar a fauna e flora nativas, restaurar áreas degradadas e promover a educação ambiental e o turismo de base comunitária.

A implementação de unidades de conservação é uma estratégia importante para a preservação ambiental. No entanto, a criação de uma UC pode gerar conflitos de interesse em relação ao uso do território, considerando que diversos agentes estão envolvidos no processo, cada um com uma relação distinta com o território. Nesse contexto, o problema de pesquisa se estrutura em examinar os impactos socioespaciais resultantes da implantação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira nas populações que habitam suas áreas circunvizinhas.

A escolha do tema é justificada por vários fatores relevantes. Primeiramente, a pesquisa aborda uma área científica importante que ainda carece de literatura específica sobre o recorte territorial selecionado, destacando o valor de contribuir para a divulgação científica do assunto. Além disso, é crucial documentar o processo histórico de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira e os diversos atores e interesses envolvidos, atribuindo um caráter informativo ao projeto que vá além do meio acadêmico, sendo útil também para grupos de interesse práticos. Outro ponto é a necessidade de promover uma discussão sobre os verdadeiros interesses envolvidos na institucionalização do parque e os desafios associados à sua implementação eficaz. Por fim, a pesquisa foca em uma unidade de conservação em fase de implementação, o que oferece uma oportunidade única para contribuir para o debate sobre os possíveis impactos e mudanças decorrentes do desenvolvimento do turismo na área, além de auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas que facilitem a interação entre as comunidades locais e o Estado, uma vez que o plano de manejo está sendo elaborado em conjunto com outras diretrizes de uso do território.

Este estudo objetiva compreender as repercussões socioespaciais do processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira nos exercícios de territorialidade de moradores do interior e do entorno direto dessa unidade de conservação.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho tem caráter exploratório e qualitativo e adotou diferentes técnicas de pesquisa que se complementam, incluindo levantamento bibliográfico e documental, observação participante e entrevistas.

A pesquisa começou com um levantamento bibliográfico de teses, dissertações, livros e artigos nacionais e internacionais sobre território, ordenamento territorial, desterritorialização, ecoturismo, turismo de natureza, turismo de montanhas, turismo rural, turismo de aventura, parques e unidades de conservação, utilizando bancos de dados de pesquisas científicas tais quais Plataforma Web of Science (WoS) disponível no Portal de Periódicos Capes, google scholar entre outras. Em seguida, um levantamento documental, abrangendo o Estudo Técnico para a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira (PESNM), atas dos conselhos, e leis relacionadas à institucionalização do parque. Esta etapa permitiu a identificação dos motivos para a criação do PESNM e o mapeamento dos principais agentes territoriais envolvidos. Também serão coletados dados em fontes oficiais como o Ministério do Turismo, IBGE, sites do IEF e das prefeituras dos municípios próximos ao parque.

Outra etapa de grande importância é a observação participante, que está sendo realizada por meio de visitas técnicas iniciadas em junho de 2023. Essas visitas incluem eventos

promovidos pelo IEF, expedições no território do parque e reuniões com a equipe de planejamento do manejo e as comunidades dos quatro municípios envolvidos. O objetivo dessa etapa é compreender as diferentes perspectivas e estratégias dos agentes territoriais.

Além disso, a aplicação de entrevistas semiestruturadas em campo é outra etapa metodológica crucial. Essas entrevistas serão conduzidas com indivíduos envolvidos na criação do parque e com moradores impactados, com o intuito de captar suas percepções e os efeitos do parque em suas atividades. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, e todos os participantes assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A amostra das entrevistas será selecionada por meio da técnica de "bola de neve", conforme Vinuto (2014) e Becker (1993), que permite acessar grupos difíceis de mapear. As entrevistas serão analisadas usando o método de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), que envolve a interpretação qualitativa das respostas dos entrevistados para extrair significados e inferir conhecimentos relevantes sobre o processo de criação do PESNM e suas repercussões. A análise considerará temas como participação social, transparência, prestação de contas, tensões e conflitos, mudanças nos modos de vida e visões sobre o parque, com base no referencial teórico adotado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender o processo de criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, é fundamental definir claramente o conceito de território. Com essa definição, podemos estabelecer uma base teórica robusta que permitirá a análise e a interpretação dos fenômenos observados, complementada pelas informações obtidas nas entrevistas.

O território envolve dimensões políticas, sociais, culturais e econômicas, e compreender sua complexidade permite identificar as diferentes maneiras pelas quais os conflitos se manifestam no espaço geográfico. Ao aprofundar o entendimento desse conceito, torna-se viável analisar as causas e dinâmicas dos conflitos, proporcionando uma análise crítica que ultrapassa descrições superficiais, além de contribuir para uma compreensão mais abrangente das relações de poder e das práticas sociais que moldam o espaço e suas disputas.

O autor Raffestin (1993, p. 143) define território como “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço”. Isso implica que os atores qualificam o espaço e, a partir dos simbolismos atribuídos, surgem as relações de poder. Nesse contexto, Saquet e Silva (2008) ampliam essa visão:

O território não se apresenta como forma definitiva e organizada do espaço, porém, há sinais que permitem acreditar que o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa; é também uma fração do espaço local articulada ao mundial (Saquet e Silva, 2008, p.14).

Em outras palavras, o território não se configura como uma estrutura fixa e ordenada do espaço. Ao contrário, ele funciona como um cenário onde se desenvolvem atividades influenciadas pela cultura dos grupos que o habitam, além de ser uma parte do espaço local conectada ao cenário global.

Assim, pode-se concluir que a criação de uma unidade de conservação altera as relações de poder sobre um território, transferindo a gestão do setor privado para o público. No caso do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, conforme indicado no estudo técnico, sua criação foi impulsionada por sua relevância ambiental e pela necessidade de conservar a biodiversidade, além de estimular o ecoturismo. Entretanto, a implementação de áreas protegidas geralmente

provoca mudanças significativas nas dinâmicas socioespaciais das regiões afetadas, impactando as comunidades locais. Sancho-Pivoto (2017, p. 554) ressalta:

(...) no Brasil, muitos dos territórios transformados em unidades de conservação não se constituíam em “vazios” demográficos, cobertos de florestas “virgens” – ideia ideologicamente construída nos EUA. Esses territórios eram, em muitos casos, habitados por diferentes populações. Como resultado, em muitas iniciativas de implantação de áreas dedicadas à proteção da biodiversidade, verificou-se a sobreposição de diferentes territórios e exercícios de territorialidade sob um mesmo recorte espacial, responsável por motivar o surgimento de mudanças sociais e conflitos diversos, amplificando, assim, os propósitos de proteção da natureza e desenvolvimento socioambiental (Sancho-Pivoto, 2017, p.554).

Milton Santos (2001) descreve o território como um espaço construído e apropriado por meio das relações sociais e das práticas dos indivíduos. O autor destaca que o território não é apenas um espaço físico, mas um produto das interações sociais, políticas e econômicas que moldam a forma como ele é vivido e organizado. Nesse contexto, o território está diretamente relacionado com as relações de poder, o que torna relevante estudar o processo de concepção do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.

Para compreender os efeitos socioespaciais decorrentes da criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira (PESNM), é fundamental considerar o conceito de ordenamento territorial. Esse conceito, enquanto prática estatal, refere-se à organização do espaço por meio do planejamento e da alocação de recursos e infraestruturas. O objetivo é otimizar o uso do território e proteger os interesses dos atores com maior poder econômico e político (Lima e Alves, 2020, p. 263). A criação de uma unidade de conservação implica uma reestruturação do espaço, impondo uma nova ordem territorial estabelecida pelo Estado. Essa nova configuração altera a concepção de territorialidade, impactando diretamente as formas de uso e apropriação do território previamente existentes. Assim, a implementação do PESNM não só redefine a organização espacial, mas também influencia as dinâmicas e os conflitos relacionados às práticas territoriais das comunidades envolvidas.

Quando um novo agente com poder começa a atuar sobre um território, surgem inevitavelmente novas formas de territorialidade. Isso ocorre porque a introdução de novas regras e práticas pelo Estado cria uma nova ordem territorial, o que influencia diretamente as formas de territorialidade preexistentes. Segundo Barbosa (2013), a criação de uma unidade de conservação estabelece uma nova concepção de territorialidade que afeta as práticas (i)materiais dos habitantes e das comunidades vizinhas. No caso do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira (PESNM), isso resultou na desterritorialização de várias famílias.

Portanto, é essencial realizar entrevistas com as populações dos quatro municípios ao redor do parque, bem como com todos os agentes envolvidos na criação do PESNM. Essas entrevistas ajudarão a capturar as diferentes perspectivas e a compreender como as mudanças territoriais afetam as comunidades locais e os diversos atores. Compreender essas novas formas de territorialidade permitirá uma análise mais detalhada dos impactos socioespaciais do parque e ajudará a identificar possíveis conflitos e desafios, contribuindo para uma gestão mais eficaz e inclusiva da unidade de conservação.

4 CONCLUSÃO

Para avaliar e compreender melhor a territorialidade exercida sobre o território do PESNM e uma compreensão abrangente do impacto de sua criação, será aplicada uma pesquisa de campo com os grupos envolvidos no processo, como representantes da prefeitura, moradores do entorno direto e desapropriados, representantes do IEF, membros do conselho consultivo do parque, entre outros. Somente através do diálogo com esses atores, será possível captar as diferentes perspectivas e experiências que moldam a dinâmica territorial da região. Esse

engajamento permitirá uma análise profunda das implicações socioespaciais da criação do parque, revelando como as relações de poder e as práticas sociais são transformadas em função dessa nova unidade de conservação. Assim, a conclusão da pesquisa depende diretamente da coleta e interpretação dessas vozes, essenciais para compreender as mudanças ocorridas no território e seus desdobramentos.

REFERÊNCIAS

- BAHIA DE AGUIAR, Paulo César; SOUZA DOS SANTOS MOREAU, Ana Maria; DE OLIVEIRA FONTES, Ednice. Áreas naturais protegidas: um breve histórico do surgimento dos parques nacionais e das reservas extrativistas. **Revista Geográfica de América Central**, v. 1, n. 50, p. 195-213, jan.-jun. 2013. Universidad Nacional, Heredia, Costa Rica BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. **Lisboa**: Edições 70, 1977.
- BECKER, H. S. *Métodos de Pesquisa em Sociologia*. São Paulo: **Editora Moraes**, 1993.
- BARBOSA, C. S. Recategorização de unidades de conservação: o discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas - ES. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – **Universidade Federal de Minas Gerais**, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2013.
- IEF, **Estudo Técnico para a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira**. 2017 disponível em
<http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/reunioes/uploads/y3r6KRC8fZgN_RF8hMwKMIM9WedNBPU9.pdf> acesso 17 jun de 2023.
- LIMA, L. G. D., and ALVES, L. da S. F. Ordenamento territorial e desenvolvimento regional: aproximações conceituais. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Desafios): vol. 3* [online]. Campina Grande: **EDUEPB**, 2020, pp. 263-283. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3. ISBN: 978-65-86221-12-1. <https://doi.org/10.7476/9786586221688.0011>.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: **Ática**, 1993.
- SANCHO-PIVOTO, A. Territórios de Vida e de Morte”: um olhar sobre os conflitos territoriais associados ao Parque Nacional Da Serra Do Cipó, Mg. **Boletim Goiano de Geografia, Goiânia**, v. 37, n. 3, p. 573–588, 2017. DOI: 10.5216/bgg.v37i3.50770. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/50770>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e Concepções de Território e Territorialidade*. São Paulo: **Expressão Popular**, 2007.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo - Razão e Emoção*. **Editora Record**, 2001.
- VINUTO, L. *Amostragem por Bola de Neve*. Porto Alegre: **Editora da Universidade**, 2014. Disponível em
<<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>> Acesso em: 20 de ago 2024.